

**HABEAS CORPUS Nº 570.839 - SC (2020/0080423-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : NESTOR DO CARMO NETO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

**NESTOR DO CARMO NETO** alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** (Apelação Criminal n. Apelação Criminal n. 0016559-60.2018.8.24.0033).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime aberto, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006, porque trazia consigo 29 pedras pequenas de crack. Ainda, foi concedida a suspensão condicional da pena, pelo prazo de 2 anos.

A defesa pleiteia, por meio deste *writ*, seja determinada a substituição da reprimenda privativa de liberdade por restritivas de direitos.

**Decido.**

O Tribunal de origem, ao manter a negativa de substituição da reprimenda privativa de liberdade por restritivas de direitos, salientou que "as circunstâncias indicam que a substituição não seria suficiente. **Além de ter sido beneficiado anteriormente pela transação penal e pela suspensão condicional do processo**, e, após a concessão dos institutos despenalizadores, **ter se envolvido em diversas outras ocorrências policiais** (conforme a certidão de antecedentes – fls. 89-93), o apelante está sendo processado pelo crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 em condições semelhantes às dos presentes autos" (f. 118).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante de tais elementos, concluiu: "a despeito de a prática do crime de tráfico de drogas, por si só, não inviabilizar a substituição prevista no art. 44 do Código Penal, a existência de uma quantidade considerável de registros policiais e **de processos em andamento** e a insuficiência das penas alternativas anteriormente aplicadas justificam o indeferimento da medida" (fl. 118).

Embora o réu haja sido definitivamente condenado a reprimenda inferior a 4 anos de reclusão, verifico que a Corte estadual apontou **elementos concretos e específicos** dos autos a evidenciar que a substituição da pena por restritivas de direitos não se mostra medida socialmente recomendável, *ex vi* disposto no art. 44, III, do CP.

Assim, porque **concretamente fundamentada** a impossibilidade de substituição da reprimenda e tendo em vista que a dosimetria da pena configura matéria restrita ao âmbito de certa discricionariedade do magistrado, não identifico o apontado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**